

A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS A PARTIR DA VIA CAMPESSINA¹

Maria Antônia de Souza – Brasil

RESUMO

Este texto é fruto da investigação sobre a produção coletiva do conhecimento em educação do campo, concluída em dezembro de 2014. Objetiva analisar como se dá a produção coletiva do conhecimento no contexto da educação do campo, em especial as práticas construídas no coletivo da Via Campesina. A perspectiva teórico-metodológica incorpora análise de documentos e reflexões sobre os conceitos de movimentos sociais e educação do campo. Consta-se que as experiências educativas dos camponeses se voltam para análises em perspectiva internacional. Trabalham com problemas e temas que auxiliam na organização, reorganização e criação de experiências de agricultura familiar e desenvolvimento territorial rural sustentável, mediante o regime da Alternância. São construídas parcerias entre movimentos, organizações, governos e universidades que firmam processos formativos de Ensino Médio, com forte articulação entre trabalho e educação, juntamente a práticas não-formais de educação voltadas para a formação política.

Palavras-chave: Movimento social. Educação do campo. Parcerias. Via Campesina.

INTRODUÇÃO

A gênese deste trabalho está nos estudos sobre educação e movimentos sociais desenvolvidos no Brasil, desde a década de 1990. Os nossos estudos iniciais deram atenção aos processos educativos desencadeados a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), especialmente nos Setores de Educação e de Cooperação. Constatamos que o educativo nos movimentos sociais possui as características descritas por Gohn (1992), a saber:

A educação é auto construída no processo e o educativo surge de várias fontes: (...) da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício de

¹ Versão preliminar deste texto foi apresentado no Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia, realizado em San José, Costa Rica, no período de 29 de novembro a 4 de dezembro de 2015.

poder; da aprendizagem gerada pelo exercício repetido das ações rotineiras que a burocracia estatal impõe; da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social (...); da aprendizagem gerada no contato com as assessorias (...); da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência. (GOHN, 1992, p. 51).

Compreendendo a educação como prática social geradora de aprendizagem e voltada para processos de transformação social, nosso olhar direcionou-se para a construção da educação do campo no Brasil, tendo como referência as reflexões de Munarim (2008) sobre o movimento nacional da educação do campo. E, da análise brasileira, a pergunta que nos guiou ao texto ora apresentado foi: Qual tem sido o lugar da educação no Movimento da Via Campesina, como movimento internacional que problematiza campo, soberania alimentar, desenvolvimento sustentável, luta do campesinato entre outros?

É desse cenário de problematizações que emerge este texto, que resulta de investigação sobre a produção coletiva do conhecimento, que foi realizada no Brasil, no período de 2011 a 2014. Um dos objetivos da pesquisa foi verificar como se dá a produção coletiva do conhecimento no contexto da educação do campo, com atenção voltada para as ações da Via Campesina. A análise foi realizada a partir de estudo documental e leitura de teses, dissertações e livros que deram atenção à consolidação e práticas educativas desse movimento organizado em rede internacional.

A Via Campesina, movimento de camponeses de âmbito internacional, integra trabalhadores e trabalhadoras do campo, pequenos e médios produtores, povos da terra e indígenas, de aproximadamente 76 países dos continentes africano, europeu e americano, num conjunto de mais de 160 movimentos camponeses. Os principais temas objetos de enfrentamento na Via Campesina são a reforma agrária, água, biodiversidade, mulheres, direitos humanos, jovens e soberania alimentar.

O movimento constitui forte forma de resistência à opressão e exploração impostas pelo modo de produção capitalista. As principais lutas de educação e escola do campo estão localizadas no Brasil e as experiências que envolvem a educação do campo têm destaque no

território nacional, com especial atenção para as escolas e institutos de agroecologia. Os Institutos de Agroecologia Latino Americanos (IALA) constituem e são constituídos por experiências em redes, cujo propósito é a formação político-pedagógica e técnica de jovens e adultos camponeses. Em que pese o I seminário sobre formação política da Via Campesina Internacional (VCI) ter sido realizado no ano de 2007, a primeira experiência educativa como instituto de agroecologia Latino Americano foi firmada em 2005, no contexto de uma parceria entre o governo da Venezuela, governo do estado do Paraná/Brasil, universidade e Via Campesina. Essa experiência desenvolve-se no município da Lapa/Paraná, em um assentamento da reforma agrária, é denominada de Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA). Desse período em diante foram constituídos outros IALAs como: o IALA Paulo Freire na Venezuela; o IALA Guaraní no Paraguai e o IALA Amazônico, no estado do Pará, que articula nove países a saber : Brasil, Peru, Colômbia, Bolívia, Equador, Venezuela, República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

Os IALAs são coletivos construídos na *práxis* dos movimentos sociais e os conhecimentos neles reunidos articulam-se em aprofundamentos conjunturais e estruturais que envolvem a relação entre capital e trabalho, a oposição entre classe trabalhadora e capitalistas. Produzem experiências educativas que têm expressiva participação dos camponeses e que trabalham com os conhecimentos direcionados para a contextualização nacional dos dilemas enfrentados pelos trabalhadores, bem como temas específicos que auxiliam na organização, reorganização e criação de atividades que fortalecem a agricultura familiar e o desenvolvimento territorial rural sustentável. A organização curricular dessas experiências educativas ocorre em regime de alternância e com perspectiva interdisciplinar assentada na relação teoria e prática. O trabalho, a pesquisa e a auto-organização são princípios formativos fundamentais à efetivação das experiências coletivas dos camponeses.

Para expor a produção do conhecimento em educação do campo a partir das experiências da Via Campesina este texto está organizado em três partes, a saber: a primeira discute movimentos sociais e educação, à luz dos escritos de Gohn; a segunda parte apresenta aspectos centrais da educação do campo e da produção coletiva do conhecimento e toma como referência os escritos de Caldart (2009), Munarim (2008), Ribeiro (2012) e Souza (2010)

e, a terceira parte que indica aspectos da construção coletiva do conhecimento a partir da experiência da Via Campesina.

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

Os movimentos sociais têm sido objeto da Sociologia desde o início do século XIX. São coletivos articulados em temas e problemas que envolvem a sociedade e que fazem usos de diversas estratégias para fortalecer as lutas em torno da conquista de direitos e/ou da efetivação dos direitos já positivados, bem como lutas que configuram processos de resistência em relação ao avanço dos processos de exploração capitalistas.

A pesquisadora Maria da Glória Gohn (2003) apresentou dez eixos temáticos das lutas dos movimentos sociais no início do século XXI, a saber: 1) lutas e conquistas por condições de habitabilidade na cidade, nucleados pela questão da moradia. 2) mobilização e organização popular em torno de estruturas institucionais de participação na estrutura político-administrativa da cidade. 3) mobilizações e movimentos de recuperação de estruturas ambientais, físico-espaciais etc. 4) mobilizações e movimentos contra o desemprego. 5) movimentos de solidariedade e apoio a programas com meninos e meninas de rua. 6) mobilizações de movimentos dos sem-terra. 7) movimentos étnico-raciais. 8) movimentos envolvendo questões de gênero. 9) movimentos rurais pela terra, reforma agrária e acesso ao crédito para assentamentos rurais. 10) movimentos contra as políticas neoliberais e os efeitos da globalização. Diante desses eixos temáticos, é importante registrar que a Via Campesina é um movimento que guarda relação com os referidos temas, haja vista que:

A Via Campesina formou-se no hemisfério norte e no hemisfério sul em torno de objetivos comuns: uma rejeição explícita ao modelo neoliberal de desenvolvimento rural, uma recusa total de ser excluída da política da política de desenvolvimento agrícola e uma firme determinação de trabalhar juntos para fortalecer a voz camponesa. Por meio dessa estratégia de “construir a unidade na diversidade” e o seu conceito de soberania alimentar, organizações de camponeses e agricultores ao redor do

mundo estão trabalhando unidas para assegurar bem-estar para as comunidades rurais – em particular, ao trabalharem para estabelecer um modelo alternativo de desenvolvimento rural baseado na pequena agricultura familiar e na agricultura camponesa. (DESMARAIS, 2013, p. 49)

Assim, a Via Campesina expressa um coletivo em rede que coloca em questão o modelo de desenvolvimento capitalista, que exclui, expropria e destrói territórios e vidas. Importante considerar o que Gohn (1997) escreve sobre os movimentos sociais no território latino-americano. Para ela, alguns pontos são essenciais à formulação de um paradigma latino-americano para análise dos movimentos sociais, a exemplo de: considerar a diversidade de movimentos sociais existentes na América Latina; a hegemonia dos movimentos populares; a presença de novos movimentos sociais; movimentos populares que se destacaram internacionalmente estavam sob o manto da igreja católica; a questão indígena tem sido fonte de conflitos e de movimentos sociais; a questão do preconceito racial contra negros também é outra frente de conflitos e movimentos; a relação entre movimentos sociais e Estado sempre sofreu variações no território latino-americano. Consideramos que a Via Campesina, no caso da América Latina, articula coletivos que vivem situações comuns do ponto de vista territorial, ou seja, estão em áreas de permanente conflito pela terra e em torno das riquezas ambientais, como água, minérios, florestas e terras.

A busca pela compreensão dos movimentos sociais na atual conjuntura requer um olhar cuidadoso para o que escreve Scherer-Warren (2006):

Para compreender os movimentos sociais hoje, deve-se observar como os indivíduos tornam-se sujeitos de seus destinos pessoais e como sujeitos se transformam em atores políticos por meio de suas conexões em redes [...] (SCHERER-WARREN, 2006, p. 121)

Compreende-se que Scherer-Warren (2006) propõe uma perspectiva metodológica para a análise da educação e movimentos sociais do campo. A perspectiva centraliza-se no conceito de rede social, valoriza a perspectiva histórica do fenômeno social

analisado, ao mesmo tempo em que dimensiona a prática social dos movimentos sociais, internamente, externamente e no conjunto da interação que se estabelece entre movimentos. A Via Campesina, no que diz respeito ao campo, tem sido exemplar de um movimento social articulado por meio de redes nacionais e internacionais. No Brasil, o representante fundante da Via Campesina tem sido o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essas redes de movimentos constroem experiências pedagógico-políticas essenciais aos processos de transformação social idealizados internacionalmente. A Via Campesina, por exemplo, é responsável pelas lutas e proposições em torno do projeto campo, alimentação e sustentabilidade socioambiental, entre outros temas e problemas abordados nos eventos, publicações, entrevistas e documentários disponíveis no Portal dessa rede coletiva na web.

Os documentos e as experiências coletivas dos movimentos sociais e no interior da escola pública têm permitido constatar o que Gohn (2003a, p. 37) escreve sobre a participação da sociedade civil nos espaços públicos, para ela:

(...) a importância da participação da sociedade civil se faz não apenas para ocupar espaços nas novas esferas públicas, antes dominadas por representantes de interesses econômicos, encravados no Estado e seus aparelhos. A importância se faz para democratizar a gestão da coisa pública, para se ter controle social e inverter as prioridades das administrações no sentido de políticas que atendam não apenas às questões emergenciais, mas políticas que contemplem o crescimento econômico com o desenvolvimento autossustentável (...).

O que se observa a partir dos anos de 1990 é que os movimentos sociais de luta pela terra estão articulados em redes, fóruns e comitês. Suas estratégias de lutas vão desde os abaixo-assinados até as ocupações de prédios públicos e terras do tipo devolutas, latifúndios improdutivos e áreas públicas. Lutas em torno da sustentabilidade socioambiental integram ações como plantio de árvores, semanas de agroecologia e organização de cursos de formação em nível médio e superior com ênfase em práticas orgânicas e/ou agroecológicas.

A educação nos movimentos sociais e, em particular, na Via Campesina, como mostra Batista (2013), efetiva-se na frente formal e não-formal. São cursos para militantes, lideranças, cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. São experiências educativas com expressivo objetivo de formação política e que no contexto formal superam a organização curricular disciplinar e constroem currículos baseados em temas eleitos como os que vão gerar a consolidação da relação teoria e prática, a exemplo dos estudos sobre práticas de produção agroecológicas, estudos sobre o capitalismo agrária e reflexões sobre os problemas relacionadas à estrutura agrária nos países Latino Americanos. São, portanto, experiências que colocam em evidência a construção de uma consciência política e uma identidade sociopolítica Latino Americanas. O educativo constrói-se na prática social.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E PRODUÇÃO COLETIVA DO CONHECIMENTO

A Educação do Campo é compreendida, neste texto, como uma concepção educacional oriunda das práticas dos movimentos sociais, em especial do MST, que se fundamenta na concepção ampla de educação (formal e não formal), que interroga a lógica da educação rural pelos governos. Origina-se do protagonismo dos movimentos e organizações de povos do campo, das águas e florestas, que lutam por outro projeto de sociedade e de escolas. Desde a década de 1990 está em movimento, no Brasil, um conjunto de práticas e políticas da educação do campo, o que Munarim (2008) denominou como movimento nacional da educação do campo. Diversos programas governamentais foram construídos para dar conta das lutas e demandas dos movimentos sociais. Em que pese serem construídos coletivamente, Ribeiro (2012) alerta para o fato de que alguns programas governamentais perdem o vínculo com a sua materialidade de origem – prática dos movimentos sociais – e passam a se constituir como programas educacionais com forte ideologia da educação rural e do capitalismo agrário.

Em texto de nossa autoria (SOUZA, 2009) elencamos lugares coletivos que potencializam a produção de conhecimentos em Educação do Campo. É importante destacar que esses lugares não devem ser vistos isoladamente, mas num entrelaçamento de experiências, de avanços e de enfrentamentos na construção da

Educação do Campo. São eles: o espaço do movimento social, da universidade, o espaço público que emerge das práticas dos movimentos e dos governos e, por fim, os coletivos de pesquisadores vinculados à luta pela educação e pela terra no país.

Alguns aspectos dos últimos anos no que tange à produção do conhecimento em relação com a prática dos movimentos sociais:

1. Os movimentos sociais instrumentalizam-se do ponto de vista pedagógico e político, produzindo os seus próprios estudos de obras clássicas, de autores revolucionários.
2. Com a instrumentalização teórica e com o domínio da prática social, os coletivos produzem textos que orientam a ação educativa com vistas a geração de processos de transformação social.
3. Militantes e lideranças de movimentos sociais ampliam a escolaridade e adentram os espaços universitários, como pesquisadores que vão incrementar novos processos de produção de conhecimento e de relação entre universidade e coletivos de trabalhadores.
4. Verifica-se o aumento significativo dos grupos de pesquisa e do número de pesquisadores no Brasil, paulatinamente, que vão colocando no cenário da pesquisa nacional e universitária os problemas reais da população trabalhadora e confrontando o projeto econômico em vigência, desde a lógica dos grandes grupos, com o projeto idealizado pelos trabalhadores.
5. Criação e ampliação dos programas governamentais que possibilitam novos arranjos institucionais para o desenvolvimento da produção do conhecimento e nela a produção coletiva oriunda de uma prática de trabalho coletiva.
6. Participação ativa da sociedade organizada na demanda de novas ações no interior das universidades, seja por meio da luta por Cotas, por cursos específicos para beneficiários da reforma agrária, por formação continuada dos profissionais das diferentes áreas entre outros.
7. Criação de escolas – educação formal – cuja gênese encontra-se na prática dos movimentos sociais, evidenciando, por meio de parcerias, a potencialidade de processos formativos voltados à transformação social. Os estudos e registros da Educação do Campo denunciam práticas que são descoladas dos aspectos produtivos com os quais os educandos estão habituados. Anunciam diversas potencialidades na prática educativa, ao relatarem experiências coletivas em desenvolvimento nas escolas do campo, seja no âmbito da formação técnica (Ensino Médio), sejam experiências com os cursos Pedagogia da Terra (Educação Superior), ou ainda os projetos de educação de jovens e adultos. Atualmente,

os projetos de Pedagogia do Campo, Licenciatura em Educação do Campo e Especialização em Educação tenderão a propiciar e intensificar a produção do conhecimento na área.

Evidencia-se que a universidade vem se aproximando dos movimentos sociais e vem potencializando mudanças curriculares, uma vez que tais cursos são realizados segundo o Regime da Alternância. Como afirma Molina (2009, p. 196) ao comentar as licenciaturas em Educação do Campo:

O fato de os educandos entrarem como sujeitos coletivos, representando suas organizações e mantendo, a partir delas, uma identidade coletiva, provoca inquietações de diferentes ordens na universidade. Obriga o repensar de práticas isolacionistas e competitivas em desenvolvimento nas graduações; faz com que se cogitem diferentes possibilidades de atuação e práticas, tanto para os docentes quanto para os discentes.

O novo na produção do conhecimento é que a crítica é construída na experiência coletiva geradora de uma nova prática. A certeza presente nos trabalhos é de que a política pública se faz com a participação efetiva dos movimentos sociais de trabalhadores, e que ela está em construção num contexto adverso e tenso de relações e disputas políticas. Os sujeitos da produção do conhecimento carregam a dimensão objetiva e subjetiva necessária à indagação da realidade. Vivem a luta social como trabalho e como valores; vivem a luta social como conjunto de conquistas e de perdas, tanto de direitos reais objetivos quanto de direitos humanos e subjetivos.

As diversas experiências de organização do trabalho pedagógico (concepção de educação, currículo e método) em desenvolvimento no país demonstram como se modifica a realidade na prática social. A prática coletiva e autogestionária são potencializadoras da transformação social. A identidade sociocultural (política) é fortalecida ou é construída no movimento da Educação do Campo. Um projeto político oposto à concentração da renda/terra, à insustentabilidade humano-ambiental está em construção na prática coletiva. Esses são critérios de validação de um conhecimento construído nos coletivos existentes no país, há pelo menos uma década.

A produção coletiva do conhecimento gera impactos na universidade, nas instituições de educação básica, na formação escolar e humana dos trabalhadores e povos do campo. Efeito espiral ascendente em direção à transformação social, mediante o aprofundamento vertical do conhecimento da experiência e da ciência. Os estudos da educação do campo não são esvaziados da dimensão estrutural da sociedade. Mais do que descrever fenômenos, há preocupação em compreender a origem histórica, as contradições e as possibilidades de transformação da realidade desigual que marca a sociedade brasileira. Destacam-se nos estudos da educação do campo as pesquisas tecem análise críticas da realidade educacional contemporânea e aquelas que fazem análises críticas das pedagogias subsumidas ao universo ideológico neoliberal e pós-moderno. Mas, há outro tipo de pesquisa: aquelas que dão atenção à totalidade "campo" e as suas contradições, bem como indicam caminhos para a superação das tensões e enfrentamentos entre capital e trabalho. O conhecimento produzido coletivamente incomoda a lógica tradicional de transmissão e apropriação de conhecimentos. Incomoda porque coloca em questão as práticas excludentes e expropriatórias.

A educação do campo tem gerado frutos em diferentes frentes na sociedade. É preciso destacar que as análises têm caráter interdisciplinar e que as proposições vão além do território camponês, pois abarcam o conjunto de trabalhadores do campo e da cidade, cujas trajetórias de vida são semelhantes, embora envoltos em ideologias que encobrem a identidade comum (em meio às singularidades).

A PRODUÇÃO COLETIVA DO CONHECIMENTO NA PRÁTICA DA VIA CAMPESINA

Nas experiências coletivas da educação do campo, o conhecimento é construído na experiência coletiva; é validado na própria prática social; tem perspectiva dialógica com registros e sistematização da prática vivida; é gerado em meio a processos de mediação que possibilitam a compreensão dos temas e problemas em perspectiva histórica; tem a autogestão como princípio da organização do trabalho pedagógico; é gerado mediante a organização de diferentes tempos, espaços e sujeitos do processo educativo.

No que tange à Via Campesina, é fundamental lembrar que os principais temas objetos de enfrentamento são a reforma agrária, água, biodiversidade, mulheres, direitos humanos, jovens e soberania alimentar. O movimento constitui forte forma de resistência à opressão e exploração impostas pelo modo de produção capitalista.

Ivanoski (2015, p.37) em sua dissertação de mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras, afirma que:

A dinamicidade dos movimentos sociais se dá, sobretudo, em virtude do processo de globalização, que trouxe consigo novas ferramentas tecnológicas e informatizadas, tornando-os mais complexos, diversificados e, em certa medida, integrados. De igual forma, essa integração acontece na sociedade atual, que se configura em uma estrutura global, conectada e desenvolvida. Nesse sentido, a comunicação e a interação entre movimentos sociais do mundo todo trouxe a percepção de que existe uma similaridade no que se refere às situações e problemas pertencentes aos mais variados países, nos fazendo perceber o papel fundamental desses movimentos no cenário atual ao compreenderem que a luta dos povos é mundial.

Dessa forma, considera-se que uma frente da produção coletiva do conhecimento reside na construção e divulgação de conhecimentos com potencial para a construção de projetos societários com perspectiva emancipatório, socialmente sustentáveis. Isso implica em inúmeros estudos das práticas tradicionais e da lógica perversa do capitalismo agrário no campo, com exploração de recursos minerais, hídricos, florestais e humanos.

A produção coletiva do conhecimento se faz nos IALAs e na ELAA que colocam em confronto dois modelos de produção de campo: o modelo da agricultura familiar e camponesa em confronto com o modelo do agronegócio. Conforme escreve Ivanoski (2015, p. 111):

As experiências dos IALAs surgem no contexto da Alternativa Bolivariana das Américas (ALBA), que tem como principal objetivo integrar diversos países da América Latina e do Caribe, visando tornar equivalente

a realidade de cada país Latino Americano e lutando contra a pobreza, a desigualdade social e a toda forma de exclusão social.

A mesma autora mostra que existem diversas formas de educação dos sujeitos, para além da escola. Ela cita o caso do IALA Amazônico que pensa e organiza as atividades num complexo de formação humana e integral, em que princípios educativos e sociais favorecem o ato educativo, exercitando a interação entre os sujeitos e deles com a realidade, com as contradições e dificuldades encontradas. (IVANOSKI, 2015, p. 130).

Ou seja, a relação teoria e prática, somada à pesquisa, constituem princípios educativos que fortalecem a produção coletiva do conhecimento, ao mesmo tempo em que consolidam processos identitários sociais, culturais e políticos.

Como escreve Batista (2013, p. 260):

Assumir-se inicialmente como classe em si perpassa pela construção da identidade, de reconhecer as iguais condições de vida e dificuldades vivenciadas, assim como do reconhece o inimigo comum. Assumir-se como classe em si está relacionada, por exemplo, a agrupamentos de camponeses, de indígenas, de quilombolas, de trabalhadores sem terra, de ribeirinhos, de pescadores, de quebradeiras de côco, de assalariados do campo. Agrupar-se e vivenciar a organização em si propicia condições objetivas e subjetivas para o reconhecimento dos limites e contradições de uma classe em particular combater um sistema totalitário. (...) Assumir-se enquanto classe em geral ao mesmo tempo está relacionada à compreensão do desenvolvimento do capital em sua totalidade e como particularmente atua em cada realidade.

Compreende-se que a produção coletiva do conhecimento possibilita processos de consciência política em perspectiva internacional. Como afirma Batista (2013, p. 262):

É no "quefazer" cotidiano dos encontros, assembléias, reuniões, conferências, dos cursos, escolas e atividades

de formação, que se constroem as condições objetivas para que cada organização do campo se identifique na especificidade de outras organizações do campo e avancem na consciência coletiva dos problemas comuns dos seus territórios.

Conclui-se que a experiência educativa da Via Campesina vem produzindo frutos coletivos tais como: livros, artigos, teses e dissertações que, por sua vez, são frutos de outras experiências coletivas construídas nas parcerias entre os mais de 160 movimentos que integram a Via Campesina em parceria com governos e com as instituições educativas públicas, tais como os Institutos Federais e as Universidades Públicas. Lançam-se as bases para a consolidação da epistemologia da prática social, sustentada em uma visão revolucionária da sociedade e dos modos de viver e fazer agricultura familiar e camponesa. Lançam-se as bases de formas de organizar e produzir alimentos e lidar com a terra, com às águas e florestas de maneira sustentável e secularmente vivido pelas populações indígenas e camponesas.

Do ponto de vista das lutas por educação do campo, verifica-se na página oficial da Via Campesina que as principais notícias estão vinculadas ao Brasil, a exemplo das notícias e denúncias assim intituladas: - "Más de 1200 participantes debaten la educación pública brasileña"; - "Brasil: se inauguro el II Encuentro de Educadoras Y Educadores de la Reforma Agrária"; - "Em Brasil, educadoras y educadores de la reforma agraria marchan por uma educación pública y de calidad". Não se verifica na web oficial da Via Campesina notícias sobre educação do campo nos países latino-americanos, por exemplo. São expressivos os informes sobre luta pela água, indígenas, soberania alimentar, direitos humanos. Pergunta-se: como está a escola rural e a educação dos camponeses nos demais países da América Latina? O fechamento de escolas públicas tem sido marca em vários países.

O educativo dos movimentos sociais implica na formação político-pedagógica voltada para a transformação social. O educativo emerge na e da prática social, do diálogo, dos conflitos e, especialmente, das denúncias socializadas e direcionadas para o fortalecimento da luta coletiva, da luta da classe trabalhadora, no campo e na cidade.

SOCIAL MOVEMENTS OF THE COUNTRYSIDE, EDUCATION AND KNOWLEDGE BUILDING FROM VIA CAMPESINA

ABSTRACT

This text is the result of research on the collective production of knowledge in countryside education, completed in December, 2014. It aims to analyze how is the collective production of knowledge in the context of countryside education, particularly those built in the collective practices of *Via Campesina*. The theoretical-methodological perspective incorporates analysis of documents and reflections on the concepts of social movements and countryside education. It is possible to conclude that the educational experiences of farmers turn to analyzes in international perspective. They work with problems and issues that assist in the organization, reorganization and creation of family farming experiences and sustainable rural territorial development through the switching system. Partnerships between movements, organizations, governments and universities are built; which signed formative processes of High school, with strong links between work and education, along with non-formal education practices geared for political formation.

Keywords: Social movements. Countryside education. Partnerships. Via Campesina.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Ândrea Francine. Consciência e territorialização contra-hegemônica: uma análise das políticas de formação da Via Campesina América do Sul. 276 fls. *Dissertação* (Mestrado em Geografia), UNESP – Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2013.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 7, nº 1, p. 35-64, mar/jun. Rio de Janeiro, 2009.

DESMARAIS, Annette Aurélie. *A Via Campesina*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: GOHN, Maria da Glória (org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2003a.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no*

A relação entre educação e... - Maria Antônia de Souza

Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.

IVANOSKI, Nicolle Marra. Movimento social, escola e formação: um olhar a partir do IALA Amazônico. 166 fls. *Dissertação* (Sociedade, Cultura e Fronteiras), Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu, 2015.

MOLINA, Mônica Castagna. Entrevista. *Cadernos de Pesquisa Pensamento Educacional*. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná. Vol. 4, nº 8, jul-dez, 2009. UTP: Curitiba, 2009. P. 313-319. Disponível em http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/. Acesso em 20/2/2015.

MUNARIM, Antonio. *Movimento nacional de educação do campo: uma trajetória em construção*. 2008. 17f. Disponível em:

<<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT03-4244--Int.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

RIBEIRO, Marlene. Educação do campo: embate entre Movimento Camponês e Estado. *Educ. Rev.*. Belo Horizonte, 2012, vol.28, n.1, pp. 459-490.

SCHERER-WARREN, Ilse. Para uma metodologia de pesquisa dos movimentos sociais e educação no campo. In: MOLINA, Mônica Molina (Org.). *Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. (p. 117-132).

SOUZA, Maria Antônia de. *Educação e movimentos sociais do campo: a produção do conhecimento no período de 1987 a 2007*. Curitiba: UFPR, 2010.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo: a produção do conhecimento na prática coletiva. *Cadernos de Pesquisa Pensamento Educacional*. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná. Vol. 4, nº 8, jul-dez, 2009. UTP: Curitiba, 2009. P. 291 – 306. Disponível em http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/. Acesso em 20/2/2010.

Aprovado em julho de 2015
Publicado em dezembro de 2015